

Fundação Margarida Maria Alves lança livro sobre trajetória do Curso de Formação de Juristas Populares

Ocorreu em setembro o evento de lançamento do livro “Formação Jurídico-Popular: Sistematização da Experiência do Curso de Formação de Juristas Populares (1999 -2017)”. O material é resultado de um resgate histórico e metodológico sobre o curso realizado pela Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.

Criado em 1999, o Curso de Formação de Juristas Populares já formou 15 turmas e 363 Juristas Populares de diversas cidades do Estado, ensinando noções de direito e formas de acesso à justiça, contribuindo para a implementação de ações de defesa da cidadania por parte da população.

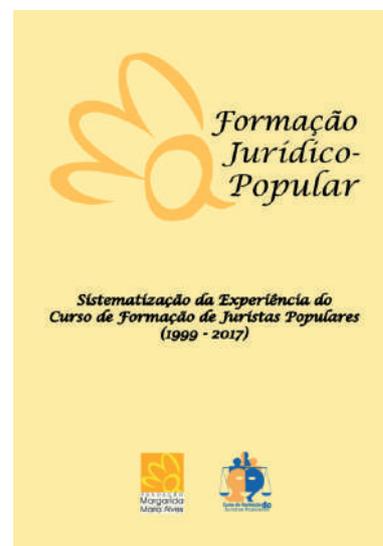
Seu público principal são lideranças comunitárias, integrantes de movimentos sociais, associações comunitárias e organizações da sociedade civil, sempre com o ideal de contribuir no encaminhamento de litígios jurídicos nas comunidades e movimentos sociais que atuam.

Pensando na riqueza



de dados e informações acumuladas ao longo desses anos, a Fundação Margarida Maria Alves organizou o material que tinha sobre o Curso e construiu a publicação que sai com o apoio da entidade alemã Misereor. Acompanhando o lançamento também foi lançado um hotsite sobre o Curso e a publicação, os interessados podem acessá-lo pelo endereço: cursodeformacaodejuristaspopulares.webnode.com.

Continua na página 04



Preço: R\$ 25,00
104 pgs.

Editorial

O artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, aponta que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. É com esse espírito fraterno, de união, resistência e luta por direitos que chegamos a mais uma edição de nosso informativo.

Nessa edição, além do lançamento de nossa sistematização do Curso de Formação de Juristas Populares, temos novidades sobre a nova turma do Curso que começa suas atividades e ações realizadas pelo Ministério Público da Paraíba para auxiliar vítimas de violência.

Esperamos que goste e que nosso espírito de fraternidade o contagie e o motive a continuar junto na batalha diária da formação não só jurídica e cidadã como também humana.

Brechó e Bazar auxiliam na manutenção de projetos sociais

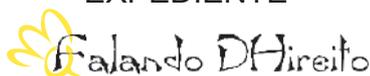
Conseguir recursos para a manutenção de sua sede e seus projetos sociais, esse foi o objetivo do Bazar e Brechó de Primavera realizado pela Fundação Margarida Maria Alves em setembro.

Na ocasião foram arrecadados R 1.236, 00 em vendas de roupas, calças, vestidos, casacos, bermudas, blusas, entre outros.

Marcelo Soares, assessor de comunicação, destaca que o brechó e bazar segue sendo feito diariamente na sede da entidade. “O brechó e bazar segue a disposição do público com também bijuterias, livros, bolsas, sapatos, sandálias, cintos, entre outros produtos novos e seminovos.”



EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Telefone/fax: 3221-3014 www.fundacaomargaridaalves.org.br fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br Jornalista responsável: Marcelo Soares (DRT 2612 /PB) Fotos: arquivo da entidade Tiragem: 1000 exemplares Apoio: Misereor Impressão: Gráfica JB



<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>
 Fundação Margarida Maria Alves
 FundacaoMMAlves

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos? Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao



16ª Turma do Curso de Formação de Juristas Populares inicia atividades



Curistas da 15ª turma aconselhando população de Paratibe durante Ciranda de Direitos

Promover formação jurídico-popular para lideranças das comunidades e organizações sociais com vistas à multiplicação dos conhecimentos jurídicos nas suas entidades e o maior acesso à justiça. Esses são os objetivos do Curso de Formação de Juristas Populares, que realizou inscrições em outubro e inicia ainda esse ano as atividades de sua 16ª Turma.

Oferecido para maiores de 18 anos que pertençam a uma organização social (ex: sindicato, associação, grupo de mulheres) e não possuam nível superior completo, nem estejam cursando o Direito, o Curso de Juristas Populares tem aulas quinzenais aos sábados

na sede da Fundação Margarida Alves e, além da equipe da entidade, recebe colaborações de especialistas das áreas trabalhadas como juízes, promotores, defensores públicos e advogados que são convidados a participar dos módulos de direito.

Segundo Marcelo Soares, assessor de comunicação, o Curso além das oficinas de cidadania e módulos jurídicos, tem como um ponto importante a atividade prática que os cursistas realizam.

“Os/as alunos/as participarão de ‘Cirandas de Direito’, atividades realizadas em comunidades onde serão colocados em prática os

conhecimentos obtidos no Curso. Acompanhados pela nossa equipe, os futuros Juristas Populares atenderão durante todo o dia pessoas com dúvidas relativas aos seus direitos e apresentarão possíveis soluções para seus problemas, como o acionamento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou outros órgãos de defesa dos direitos dos cidadãos”, explica.

A Formação terá um encontro introdutório e de diagnóstico em novembro e dezembro, contudo, começa mesmo suas oficinas a partir de fevereiro com previsão de encerramento em agosto de 2019.

Sistematização do Curso de Juristas Populares atende reivindicação antiga



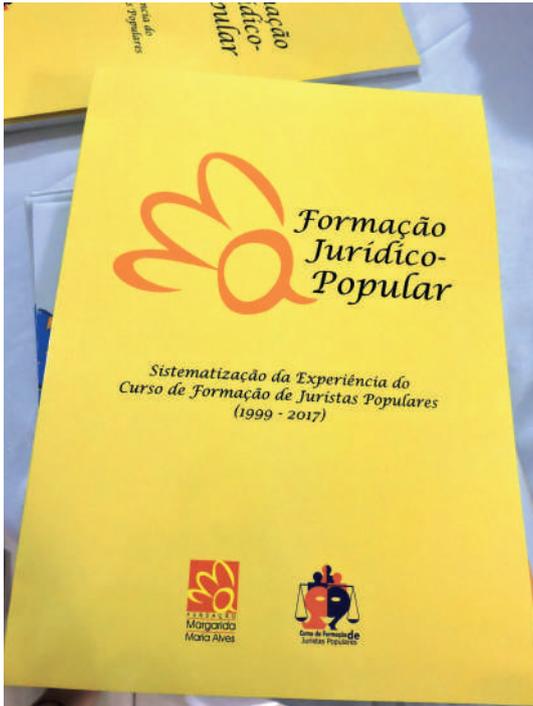
Segundo Marcelo Soares, assessor de comunicação da entidade, a publicação atende a um pedido recorrente de várias pessoas. “Sempre nos pediram por um livro, vídeo, site com detalhes sobre o Curso de Juristas Populares, sua história, pessoas que passaram por ele, como ele é feito, quais ferramentas metodológicas eram usadas, mas, infelizmente, não tínhamos condições até o momento de realizar esse desejo. Só recentemente conseguimos inserir no nosso último projeto esse trabalho de pesquisa, o que nos permitiu termos em mãos hoje esse belo resgate”, explica.

Vera Rodrigues, psicóloga; Mestre em antropologia pela UFPB e responsável pela sistematização,

aponta que a publicação é um registro extenso da experiência de um trabalho de quase vinte anos. “Com o livro buscamos proporcionar o conhecimento da trajetória dessa experiência, passando pelos desafios que foram sendo enfrentados na sua realização desde a primeira turma até a 15ª, concluída em 2017, as inúmeras parcerias estabelecidas ao longo do tempo e os resultados alcançados com o Curso e a atuação dos/as Juristas Populares nas comunidades e grupos que participam”.

O evento contou também com uma mesa sobre Educação Popular e o Curso de Juristas Populares com a participação das convidadas: Nazaré Zenaide, psicóloga; Mestre em Serviço Social; Doutora em Edu-

cação pela Universidade Federal da Paraíba e professora do Departamento de Serviço Social da UFPB; Fernanda Franco, primeira Coordenadora do Curso de Juristas Populares; Pós-Doutoranda em Direito pelo UNIPÊ; Doutora em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela UFPB; Mestre em Ciências Jurídicas na área de Direitos Humanos pela UFPB e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP, e Anna Izabella Chaves, Coordenadora do Curso de Formação de Juristas Populares; advogada especialista em Direito Processual Civil e Coordenadora Jurídica da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana.



MPPB lança projeto para garantir os direitos humanos das vítimas de crimes

Proteger e promover os direitos humanos das vítimas de crimes violentos. Esse é o principal objetivo do projeto estratégico "Reparação", que foi apresentado em setembro no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, aos promotores de Justiça que atuam na primeira macrorregião, polarizada na capital. Com isso, o Ministério Público da Paraíba (MPPB) encerrou o lançamento dos cinco projetos estratégicos que serão implementados, de forma regionalizada, até 2019.

O lançamento contou com a presença do procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico; do secretário de Planejamento e Gestão, o promotor de Justiça, Rodrigo Pires; e da diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, a procuradora de Justiça, Vasti Cléa Lopes.

Os cinco projetos estratégicos foram construídos a partir de diagnósticos sobre os problemas apontados pela instituição e também pela população (nas consultas públicas realizadas em 2017). Eles serão implementados, de forma individual em cada macrorregião administrativa do MPPB, pelo prazo de seis



meses. Após isso, será realizada uma avaliação para verificar a resolutividade e o impacto da iniciativa na solução daquele problema.

Segundo o promotor de Justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais e gestor do projeto "Reparação – pelos Direitos Humanos das Vítimas", Lúcio Mendes, o tema foi escolhido também em função de uma discussão nacional sobre a constatação de que a sociedade tem uma percepção equivocada dos direitos humanos. "A percepção que a sociedade tem é que os direitos humanos são algo para a defesa do crime ou dos bandidos. Na verdade, os direitos

humanos são direitos inerentes a todas as pessoas e as vítimas de crimes são, particularmente, necessitadas de proteção de seus direitos. Então, nosso projeto reúne uma série de ações destinadas a dar assistência e proteção e resguardar os direitos das vítimas dos crimes", disse.

O projeto vai funcionar a partir da seleção de alguns casos em que os promotores de Justiça detectem a necessidade de acompanhamento e de assistência mais presente às vítimas de crimes violentos., explicando a elas sobre a tramitação do processo criminal e as necessidades para os encaminhamentos.

Agora que você chegou ao fim de nosso informativo que tal nos dar um retorno do que achou? Isso mesmo, nos escreva dizendo o que acha de nosso jornal, dando sugestões, fazendo críticas, o espaço é seu! Então corre para o computador e mande um e-mail para fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br ou nos mande uma carta para Rua: Irineu Joffily, 185, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58011-110. Sua opinião é muito importante para nós.